



Síntese de Legislação Nacional n.º 1620

Semana de 18 a 22 de março de 2019

Regulamentação Colectiva de Trabalho

Atividade agrícola e pecuária, exploração silvícola ou florestal, bem como todo o proprietário, arrendatário ou mero detentor, por qualquer título, que predominante ou acessoriamente tenha por objetivo a exploração naqueles sectores, mesmo sem fins lucrativos, no distrito de Beja

[BTE 11/2019](#)

22/03/2019

Contrato coletivo entre a Associação dos Agricultores do Baixo Alentejo e o SETAAB - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Floresta, Pesca, Turismo, Indústria Alimentar, Bebidas e Afins - Alteração salarial e outras, publicado no [BTE 28/2018](#), de 29/07/2018

A tabela salarial constante dos anexos II e III e demais cláusulas de expressão pecuniária produzirão efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019

Atividade agrícola, pecuária, exploração silvícola ou florestal, e atividades conexas, bem como todo o proprietário, arrendatário ou mero detentor, por qualquer título que, predominantemente ou acessoriamente, tenha por objetivo a exploração naqueles sectores, mesmo sem fins lucrativos, no Ribatejo

[BTE 11/2019](#), de 22/03/2019

Contrato coletivo entre a Associação dos Agricultores do Ribatejo - Organização de Empregadores dos Distritos de Santarém, Lisboa e Leiria e o SETAAB - Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Floresta, Pesca, Turismo, Indústria Alimentar, Bebidas e Afins - Alteração salarial e outras, publicado no [BTE 29/2018](#), de 08/08/2018

A tabela salarial constante dos anexos II e III e demais cláusulas de expressão pecuniária produzirão efeitos a partir de 1 de janeiro de 2019

Produção e comercialização de vinhos do Porto e Douro, seus derivados e bebidas espirituosas, da Região Demarcada do Douro

[Portaria n.º 85/2019](#)

22/03/2019

Determina a extensão do contrato coletivo entre a Associação das Empresas de Vinho do Porto (AEVP) e o Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Indústria e Comércio de Alimentação, Bebidas e Afins publicado no [BTE 6/2019](#), de 15/02/2019

Aplica-se:

- a) às relações de trabalho entre empregadores não filiados na associação de empregadores outorgante, excluindo as adegas cooperativas, que se dediquem à atividade de produção e comercialização de vinhos do Porto e Douro, seus derivados e bebidas espirituosas da Região Demarcada do Douro e trabalhadores ao seu serviço, das profissões e categorias profissionais previstas na convenção;
- b) às relações de trabalho entre empregadores filiados na associação de empregadores outorgante que exerçam as atividades económicas referidas na alínea anterior e trabalhadores ao seu serviço, das



profissões e categorias profissionais previstas na convenção, não representados pela associação sindical outorgante.

Não se aplica:

- a) às relações de trabalho em que sejam parte trabalhadores filiados nos sindicatos representados pela FEPCES — Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços e pela FESAHT — Federação dos Sindicatos da Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal.

A tabela salarial e as cláusulas de natureza pecuniária produzem efeitos a partir do dia 1 de março de 2019.

Legislação

Geral: Orçamento Participativo Jovem Portugal

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 59/2019](#)

22/03/2019

Aprova os princípios técnicos, a metodologia e as regras de operacionalização aplicáveis à terceira edição do Orçamento Participativo Jovem Portugal, no ano de 2019

Geral: Registo Comercial do EUID - número único de identificação

[Portaria n.º 80/2019](#)

18/03/2019

7.ª alteração à Portaria n.º 657-A/2006, de 29/06, que aprova o Regulamento do Registo Comercial, no sentido de obrigar que o registo das sociedades comerciais bem como as representações permanentes e sucursais financeiras exteriores de sociedades de responsabilidade limitada com sede noutro EM da UE deva conter o número único de identificação (EUID)

Data de produção de efeitos: 01/07/2019

Geral: incentivos do Fundo Ambiental

EducarTe: Educar [para o Território](#)

[Aviso n.º 4656-A/2019](#)

19/03/2019

Aviso de abertura de candidatura a incentivos do Fundo Ambiental para projectos que contribuam para uma cidadania ativa no domínio do desenvolvimento sustentável e para a valorização do território, cujo sucesso passará, em grande medida, pela sensibilização, pela capacitação e pela mudança de comportamento dos utilizadores, que conjugue a equidade entre gerações e a qualidade de vida dos cidadãos.

Re-Educa: Educar [para uma economia circular](#)

e

[Aviso n.º 4656-B/2019](#)

19/03/2019

Aviso de abertura de candidatura a incentivos do Fundo Ambiental para projectos que contribuam para uma cidadania ativa no domínio do desenvolvimento sustentável e para a construção de uma economia circular, cujo sucesso passará, em grande medida, pela sensibilização, pela capacitação e pela mudança de comportamento dos utilizadores, que conjugue a equidade entre gerações e a qualidade de vida dos cidadãos



e

EduMove-te: Educar para a mobilidade sustentável

[Aviso n.º 4656-C/2019](#)

19/03/2019

Aviso de abertura de candidatura a incentivos do Fundo Ambiental para projectos que contribuam para uma cidadania ativa no domínio do desenvolvimento sustentável e para a construção de uma sociedade capaz de se deslocar de forma sustentável cujo sucesso passará, em grande medida, pela sensibilização, pela capacitação e pela mudança de comportamento dos utilizadores e dos setores económicos, que conjugue a equidade entre gerações e a qualidade de vida dos cidadãos.

Os períodos para a receção de candidaturas destes 3 avisos decorrerá até às 23:59 horas do dia 22 de abril de 2019, sendo excluídas as candidaturas submetidas após termo do prazo

Geral: Fiscalidade

OE 2019 - Dispensa de Pagamento Especial por Conta (PEC).

[Ofício-circulado n.º 20208/2019](#)

18/03/2019

A Autoridade Tributária e Aduaneira vem esclarecer as condições necessárias à dispensa do Pagamento Especial por Conta (PEC) aprovado pela Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro (Lei do OE para 2019)

e

Anexo O - Dispensa de mapa recapitulativo de clientes já se aplica para a IES 2018

[Ofício circulado n.º 30211](#)

15/03/2019

Entre outras clarificações relacionadas com o Decreto-Lei nº 28/2019, de 15/02, que procedeu à regulamentação das obrigações relativas ao processamento de faturas e outros documentos fiscalmente relevantes e das obrigações de conservação de livros, registos e respetivos documentos de suporte, que recaem sobre os sujeitos passivos de IVA, a Autoridade Tributária e Aduaneira clarifica que a dispensa do anexo O – mapa recapitulativo de clientes, já se aplica para a IES 2018.

e

Regime especial aplicável aos ativos por impostos diferidos - Constituição de depósito

[Despacho n.º 2445/2019](#)

12/03/2019

A Autoridade Tributária e Aduaneira vem indicar a conta em nome da qual deve ser efectuado o depósito a favor do Estado a constituir pelo sujeito passivo no âmbito do exercício do direito potestativo de aquisição da totalidade dos direitos de conversão, a que se refere o n.º 8 do artigo 6.º da Portaria n.º 293-A/2016, de 18 de novembro, na redação dada pela Portaria n.º 272/2017, de 13 de Setembro.

e

Nova Declaração Modelo 3 de IRS

[Ofício-Circulado n.º 20207/2019](#)

12/03/2019

Divulgam-se as alterações e as instruções de preenchimento da nova Declaração Modelo 3 de IRS decorrentes das recentes alterações introduzidas no regime substantivo da tributação de rendimentos das pessoas singulares.



Pescas: CIEC / redução no preço final da gasolina

[Portaria n.º 83/2019](#)

21/03/2019

Estabelece as condições e os procedimentos aplicáveis à atribuição, em 2019, de um subsídio, no âmbito do auxílio de minimis ao setor da pesca, que corresponde a uma redução no preço final da gasolina consumida na pequena aquicultura, equivalente ao que resulta da redução da taxa aplicável ao gasóleo consumido na pesca, por força do disposto na alínea b) do n.º 3 do artigo 93.º do Código dos Impostos Especiais de Consumo (CIEC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho

Data de produção de efeitos: 01/01/2019

Indústria Química / Setor Agro-Alimentar: Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável dos Produtos Fitofarmacêuticos

[Portaria n.º 82/2019](#)

20/03/2019

Aprova o Plano de Ação Nacional para o Uso Sustentável dos Produtos Fitofarmacêuticos - 1.ª Revisão, elaborado pelo grupo de trabalho designado através do Despacho n.º 2194/2018, de 2/03

Indústria Automóvel: condução autónoma

[Despacho n.º 2930/2019](#)

19/03/2019

Criação de um grupo de trabalho com a missão de estudar as alterações legislativas necessárias à introdução das novas tecnologias ligadas à condução autónoma no setor automóvel.

O GT deverá apresentar:

- a) Uma proposta de regulamentação da realização de testes e respetivas condições de segurança, até ao dia 31 de maio de 2019;
- b) Uma avaliação das modificações legais necessárias a introdução da condução autónoma, até ao dia 30 de junho de 2019.

O GT é constituído por:

- a) Um representante da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária;
- b) Um representante da Guarda Nacional Republicana;
- c) Um representante da Polícia de Segurança Pública;
- d) Um representante do Instituto da Mobilidade e dos Transportes;
- e) Um representante da Infraestruturas de Portugal, S. A.;
- f) Um representante do IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.;
- g) Um representante da ANI — Agência Nacional de Inovação, S. A.;
- h) Um representante designado pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas;
- i) Um representante designado pelo Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos;
- j) Um representante da Associação Portuguesa de Ensino Superior Privado

Transportes: de doentes

[Decreto Legislativo Regional n.º 2/2019/M](#)

19/03/2019

2ª alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 35/2006/M, de 17/08, que adapta à Região Autónoma da Madeira o regime que regula a atividade de transporte de doentes.



Setor Segurador: Apólice «Incêndio e elementos da natureza» - atualização de capitais

[Norma Regulamentar n.º 2/2019-R](#) ASSFP

21/03/2019

Estabelece os índices trimestrais de atualização de capitais para as apólices do ramo «Incêndio e elementos da natureza» com início ou vencimento no segundo trimestre de 2019

Justiça

Formação de magistrados

[Decreto-Lei n.º 39/2019](#)

21/03/2019

Reduz a duração do período de formação inicial do V Curso de Formação para a Magistratura dos Tribunais Administrativos e Fiscais, ao abrigo do n.º 4 do artº 30.º da Lei n.º 2/2008, que regula o ingresso nas magistraturas, a formação de magistrados e a natureza, a estrutura e o funcionamento do Centro de Estudos Judiciários.

e

Organização do Sistema Judiciário

[Decreto-Lei n.º 38/2019](#)

18/03/2019

3ª terceira alteração ao [Decreto-Lei n.º 49/2014](#), de 27/03, que regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26/08 (Lei da Organização do Sistema Judiciário), para reforçar a especialização dos tribunais judiciais